

**Análise de algumas relações entre trabalhadores envolvendo
solidariedade e disputa no interior da classe operária
(Rio Grande do Sul, início da Primeira República).**

Ailana Cristina de Amorim – PPG-UFRGS

Este texto busca analisar brevemente as relações entre os trabalhadores com base na solidariedade e no conflito que faziam parte do universo operário. Refiro-me especificamente às relações internas à classe trabalhadora no período de sua formação no Rio Grande do Sul, pois tanto a solidariedade e apoio recíproco quanto o antagonismo e a rivalidade marcaram as relações entre operários e as suas experiências de vida, militância e trabalho.

A classe trabalhadora, na concepção de Ellen Wood, deve ser tomada “como relação e como processo”¹, assumindo uma perspectiva thompsoniana de entendimento a partir das ações dos sujeitos e do modo como as suas experiências atuais ou herdadas interferem na formação da classe. Compartilho com a autora a necessidade de compreender as relações entre os trabalhadores a partir de suas experiências vividas, em especial a experiência da exploração burguesa, pois é através deste traço comum que procuro explicar suas ações e relações de solidariedade e conflitos. Advirto que não é a única experiência a originar tais relações, pois os indivíduos não se inserem no processo produtivo como “tábuas rasas”, destituídos de outras experiências e vínculos sócio-culturais. Porém, meu interesse repousa nas relações que surgiram associadas de algum modo à essa experiência coletiva própria dos operários.

Analisarei nas próximas páginas algumas situações e espaços em que se localizam laços de solidariedade entre trabalhadores e nos quais também podemos observar a ocorrência de tensões e rivalidades. Elegi para isso duas situações pontuais que trabalharei através das indicações empíricas e tratam uma das relações entre homens e mulheres trabalhadoras e a outra sobre as ações realizadas entre

trabalhadores em momentos de necessidade e emergência material. Os casos são bastante delimitados, mas servirão para explicitar as múltiplas características das relações internas à essa classe, nem um pouco homogênea ou uniformizada.

As relações entre homens e mulheres na sociedade do século XIX eram, em linhas gerais, paternalistas nas mais diferentes esferas da vida, da família ao trabalho. As relações na classe operária do final do século XIX não fugiram a este paradigma, apresentando-nos um quadro mais complexo do que a simples cooperação e solidariedade entre homens e mulheres operárias. Observa-se que existe uma tensão entre, por um lado, a solidariedade de classe que reage à exploração que os vitima e, por outro, a ameaça de concorrência que instala disputas entre ambos os sexos ao par com o preconceito e resistência quanto a mulher sair de casa para trabalhar.

Essas questões devem ser analisadas com cuidado pois, ao mesmo tempo em que temos uma classe em formação, reconhecendo suas delimitações, firmando laços internos e criando uma identidade, também temos os valores seculares referentes à mulher na vida familiar e social que não podem ser colocados por terra num instante. A classe operária carrega estes aspectos nas relações entre aqueles que a compõem, complexificando, mas igualmente enriquecendo, a busca pelas explicações sobre o tratamento entre mulheres e homens operários em uma sociedade de bases conservadoras.

Vejamos então algumas situações para mostrar o que foi apontado até o momento. Um dos aspectos conflituosos entre trabalhadores quanto à experiência de exploração dizia respeito à concorrência que as mulheres faziam aos homens no mercado de trabalho. Isso produzia fortes críticas destes uma vez que as mulheres recebiam menores salários e, portanto, eram mais lucrativas de serem contratadas para realização dos mesmos trabalhos no lugar dos homens. Tal situação é relatada em 1897 por um jornal operário de Rio Grande – importante cidade no processo de industrialização do

estado – chamado *Echo Operário*, no qual dizia que “qualquer homem, hoje, seja qual for o ramo de serviço, não poderá ganhar menos de cem mil réis mensais, no entanto é muito fácil obter operárias e artistas por metade [disso]”.² Observamos que o valor do trabalho de um homem, valendo o dobro daquele pago a uma operária, era um atrativo significativo para a classe patronal, especialmente naqueles ofícios que não envolvessem a utilização de grande força física.

Em algumas situações essa discrepância podia ser ainda maior. Um mês antes, o mesmo periódico noticiara um caso informando que quanto à mulher “o seu pesado labor [é] pago com um terço do que se dá ao homem”.³ A exploração ligada ao trabalho feminino podia assumir amplitudes que atingiam não somente a mulher, mas também o homem operário. Isso devia-se ao aviltamento do salário de um que acabava por pressionar o outro a aceitar iguais condições ou ficar sem colocação nas fábricas ou oficinas. Essas diferenciações salariais que agiam no mercado provavelmente produziam discórdias e tensões entre trabalhadores cujas opiniões dos jornais nos dão algumas pistas a respeito. Vejamos ainda no *Echo Operário* de Rio Grande de 1897, essa questão do problema da colocação de mulheres na produção fabril:

“A burguesia, as classes dominantes, a sociedade enfim [...] deve estar orgulhosa d’essa conquista – arrancar as filhas do povo, do lar doméstico, onde a sua missão era toda candura e amor, criando e educando a prole, [...] vivendo, enfim, na família e para família, arrancá-la dizíamos a essa missão, toda candura e amor, e **metê-la na oficina, na fábrica, a fazer concorrência com o trabalho do esposo, expulsando-o do seu posto de trabalho, reduzindo-o, e com ele a todos, à miséria, à degradação [...]**”.⁴

A crítica, como se percebe, incidia diretamente sobre a desvalorização do trabalho masculino frente ao feminino, somada ao problema da alteração nos costumes e nos valores morais segundo os quais a mulher possuía certos papéis que deveria desempenhar, distintos dos que cabiam ao homem. Condenava-se a presença da mulher em locais que cabiam aos homens ocupar e que faziam parte das suas responsabilidades

econômicas e sociais. Portanto, parece-nos que a tensão advinda da exploração fixava-se não unicamente sobre a reserva do mercado de trabalho aos operários homens, mas também sobre questões de ordem moral e cultural ligadas à sociedade patriarcal e conservadora do período.

No quadro das relações entre operários e operárias, contudo, fazia-se também presente a solidariedade que unia a ambos em uma mesma classe explorada e oprimida. Esta solidariedade transparece sob algumas formas, as quais tenho acesso até este momento apenas através da imprensa operária – mesmo tendo noção de que ela é ideologicamente comprometida. Em algumas situações o que se percebe é a atenção voltada para o fato das mulheres sofrerem uma exploração que as prejudicava tanto quanto aos operários homens. Nesse sentido, a mulher era igualada ao homem enquanto trabalhadora, merecendo apoio de seus companheiros, uma vez que faziam parte da mesma classe da qual a burguesia retirava incessantemente seus lucros. Muda-se a posição quanto à mulher que, antes de pertencer somente à casa e à família, também pode ser uma operária e ter um lugar dentro da estrutura produtiva, desde que isso não acarrete prejuízos, tais como os relacionados com a diferença de salário.

Vejamos a seguinte opinião do jornal *Echo Operário*, na seqüência das notícias antes transcritas, na qual apontam que “*nós não condenamos a colocação das mulheres em empregos que elas possam exercer com facilidade e sem esforço físico [...] o que nós condenamos é especulação a que isto está dando lugar*”.⁵ E a isto segue um outro comentário no mesmo número que afirmava que:

“Para que a mulher seja livre e se pertença, para que recupere a liberdade de seu corpo, fora do qual não há mais que a prostituição revestida pelas formas legais do matrimônio atual, é necessário que a mulher procure por si própria, **independente do homem**, os meios da sua subsistência. **Não deve por esse motivo excluir-se atualmente a mulher do trabalho industrial.**

O que se deve reclamar para a operária, com o fim à evitar que em mãos dos capitalistas sirva para aumentar a miséria do proletariado, é que em **trabalho igual haja igualdade de salário**

para ambos os sexos, pondo assim um **termo à especulação** que fazem os industriais do sexo das operárias”.⁶

Estes são exemplos de uma solidariedade que incorpora a mulher enquanto membro da classe trabalhadora com base em certos elementos comuns, entre os quais a experiência de exploração. A preocupação que os “companheiros de luta” podiam apresentar ligava-se algumas vezes a questão da fragilidade e/ou incapacidade da mulher em lidar com estas situações de exploração e dificuldades que se lhe apresentavam enquanto trabalhadora. Frente a isso percebemos alguns traços de preconceito e discriminação mascarados quanto às capacidades e habilidades das mulheres. Mas, de qualquer maneira, a preocupação voltada a elas tinha como base questões que diziam respeito também aos homens e, portanto, de caráter mais geral da classe.

As mulheres também agiam solidariamente em relação à sua classe, pois mais importante do que determinar se os homens eram solidários com as mulheres e vice-versa é observar a solidariedade agindo em prol da classe trabalhadora, deste coletivo.⁷ Nesse sentido, a participação das mulheres em uma greve ocorrida em Porto Alegre em 1906 teve forte importância no processo de fortalecimento dos laços e de uma identidade de classe. A greve, que começara com a paralisação dos artesãos marmoristas teve na seqüência do movimento a adesão de grupos de mulheres trabalhadoras. Mais do que apenas solidarizarem-se com o ato de greve e as demandas envolvidas parando a produção em suas fábricas e oficinas, elas participaram em movimentos de rua defendendo os ideais e as demais categorias envolvidas: uma identidade em construção.

O outro tipo de situação que mencionei nos primeiros parágrafos para analisar nesta comunicação trata das relações de camaradagem e ajuda entre trabalhadores cuja maior intenção era diminuir-lhes as dificuldades características de sua

condição. Essas ajudas centravam-se principalmente naqueles momentos e acontecimentos em que a urgência e/ou o total desamparo atingiam os trabalhadores de forma tal que não podiam fazer muito mais do que contar com a solidariedade alheia.

Era uma maneira de contornar os problemas que mais lhes afligiam tais como o desemprego, os acidentes, a doença, a invalidez e a morte. Além disso, os trabalhadores sofriam a agudização destas situações em virtude do desamparo por parte do Estado e o desinteresse por parte da classe patronal. Portanto, não lhes restavam muitos mais com quem pudessem contar além de seus familiares, amigos e vizinhos e demais trabalhadores solidarizados no enfrentamento destas contingências.

O periódico *O Proletário* de Porto Alegre anunciava, em 1896, a morte de um operário em um acidente ferroviário para cuja família o jornal solicitava auxílio.⁸ Aparecia na notícia um outro jornal de Porto Alegre, *Gazetinha*, que colocara sua redação à disposição para coleta das quantias e/ou outros tipos de doações a serem feitas. Na verdade era comum encontrarmos jornais fazendo esta mediação entre os trabalhadores e aqueles que necessitavam ser ajudados. A elaboração de listas de subscrição e doações diversas era um mecanismo de ação mais imediata e direta dos qual os trabalhadores podiam valer-se nestas ocasiões e a organização através de redações de jornais podia garantir uma maior difusão e melhores resultados.

Uma outra situação bastante trágica ocorrera com os trabalhadores de uma fábrica de móveis que incendiara deixando os trabalhadores desempregados e cujas ferramentas haviam sido perdidas no acidente.⁹ Para tentar amortizar os danos causados pelo sinistro, ocorrera uma articulação de ajudas entre várias redações de jornais que elaboraram listas de subscrição para que todos os interessados pudessem prestar auxílio. Além disso, alguns dias depois desta notícia, uma outra informava a respeito de um espetáculo que estaria sendo promovido para ajudar na causa dos trabalhadores da fábrica incendiada.¹⁰

A mobilização dos trabalhadores explicitada nestas notícias demonstra que estes auxílios deveriam ser bastante comuns e utilizados para as mais diferentes situações de dificuldade, representando um aporte material importante para os que dele se beneficiavam. No caso dos trabalhadores da fábrica de móveis, redações de jornais e associações de quatro cidades diferentes haviam participado da organização das listas de subscrição, demonstrando também o alcance deste mecanismo.

Esta notícia sobre os trabalhadores que haviam ficado desempregados e sem suas ferramentas de trabalho nos informa sobre uma questão muito importante que era a perda dos instrumentos pessoais de trabalho. Isto prejudicava os trabalhadores daquela fábrica, pois a posse de ferramentas próprias significava uma maior facilidade na colocação do artista em outro local de trabalho, ao passo que sem as mesmas este ficava desprovido das condições mínimas para garantir o seu sustento.

Os auxílios prestados por trabalhadores aos seus pares eram, portanto, muito mais voltados para atender necessidades e situações específicas do que para resolver problemas mais de fundo quanto à sua condição. Quando digo isso refiro-me às condições de trabalho, à carestia generalizada, a falta de amparo por parte do Estado e ausência de leis ou regulamentos de proteção. Porém, mesmo caracterizadas por um imediatismo e alcance limitado, estas ajudas reforçavam as relações baseadas na solidariedade entre trabalhadores e, por conseguinte, os vínculos internos da classe.

A importância de analisar a classe operária sob este prisma, das suas relações de solidariedade, possibilita visualizar os movimentos e respostas dos trabalhadores frente à burguesia e às condições gerais de suas vidas. As articulações que se desenvolviam em apoio a trabalhadores em necessidade ou urgência mostrava o grau de adesão possível ao lidarem com estas situações tendo em vista que contavam quase que somente com eles próprios para resolver seus problemas e dificuldades. Isto fica

claro em um trecho de notícia que solicitava a participação dos trabalhadores no primeiro congresso operário estadual, em 1898:

“Pela primeira vez a capital do Rio Grande do Sul verá em seu seio verdadeiros representantes do povo que vão ali espontaneamente e sem visarem interesses pessoais, a um aceno de seus irmãos de luta, a um apelo dos companheiros de infortúnio que, **convencidos da força que produz a união e desiludidos da hipócrita e refalsada proteção que diz dispensar às classes produtoras**, chamam aos operários de todo o Estado para acordarem nos meios de protegerem-se a si próprios e evitarem a continuação de seus sofrimentos”.¹¹

Neste breve texto procurei trabalhar com alguns indícios sobre as relações internas da classe operária. Mais do que entender os embates e a construção de uma identidade com base no antagonismo em relação à burguesia, busco compreender as formas através das quais se articulam os laços entre trabalhadores. Junto a isso busco dosar a importância destas ações de solidariedade ao observar também os conflitos e disputas que ocorriam entre os operários, pois é tentador construirmos uma imagem idílica e harmônica da classe quanto ao desenvolvimento que se dá no seu interior.

O espaço aqui disponível não permite os aprofundamentos teóricos e empíricos que estas questões exigem, mas a intenção principal foi mostrar as gradações existentes no que chamamos de relações internas da classe, pois é necessário considerarmos o seu processo de formação naquilo que ele possui de mais particular, ou seja, as ações e relações dos sujeitos que a compõem.

¹ Wood, Ellen. “Classe como relação e como processo”. In. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2003.

² *Echo Operário*. Rio Grande, 07/11/1897, p.1.

³ *Echo Operário*. Rio Grande, 17/10/1897, p.1.

⁴ *Echo Operário*. Rio Grande, 17/10/1897, p.1. Grifo meu.

⁵ *Echo Operário*. Rio Grande, 24/10/1897, p.2.

⁶ *Echo Operário*. Rio Grande, 24/10/1897, p.2. Grifo meu.

⁷ Para saber mais sobre a greve de 1906 e a participação das mulheres nesta mobilização indico o estudo de Bak, Joan. “Classe, etnicidade e gênero: a negociação de identidade dos trabalhadores na greve de 1906 em, Porto Alegre”. *Metis: história e cultura*. Caxias do Sul: Educus, v.2, n.4, Jul-Dez., 2003. p.181-224

⁸ *O Proletário*. Porto Alegre, 26/07/1896, p.3.

⁹ *Gazetinha*. Porto Alegre, 05/05/1898, p.2.

¹⁰ *Gazetinha*. Porto Alegre, 17/05/1898, p.1

¹¹ *Echo Operário*. Rio Grande, 01/01/1898, p.1. Grifo meu.